
INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: NA TRILHA DO ARQUIVO PESSOAL

Taíze Marques Fernandes
Arquivista
 josemar.elias90@gmail.com

Ana Cláudia Cruz Córdula
Doutoranda do PPGCI – UFPB
Professora do Departamento de Ciência da Informação – UFPB
anacordula@gmail.com

Josemar Elias da Silva Junior
Mestrando em Ciência da Informação – PPGCI – UFPB
jr.elias01@hotmail.com

Resumo

Aborda a relação entre arquivo e memória, voltando-se para importância da informação enquanto produtora e disseminadora do conhecimento, o foco centra-se nos arquivos pessoais e na gama de documentos que o formam. Nesse contexto, o Arquivo é percebido não como um sistema unidimensional, mas bidimensional, capaz de produzir e/ou receber informação. Os arquivos pessoais são compreendidos não apenas como um lugares de guarda e preservação da memória, mas sobretudo, um lugar onde a informação passa a ser componente fundamental na produção do conhecimento e nesse processo, devem ser vistos como fonte de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade de oferecer informações. Com isso, o presente artigo tem por objetivo, refletir sobre o papel dos arquivos pessoais, evidenciando a relação da informação e da memória, especialmente no contexto social, compreendendo que o acervo pessoal, perpassa a dimensão material, evidenciando o potencial informacional principalmente no viés da memória. A presente pesquisa é do tipo bibliográfica e quanto ao método, consideramos recorrer à pesquisa documental, procedimento relevante para se reunir os conhecimentos produzidos anteriormente e que serve para identificar as fontes primárias como base para a busca de informações sobre o objeto estudado. Após a análise feita entre a relação arquivo e memória, tendo como principal objeto de estudo o arquivo pessoal e suas diversas formas documentais percebeu-se que o arquivo além de ser um lugar de guarda e preservação da memória, trata-se também de um lugar onde a informação passa a ser fundamental na produção do conhecimento.

Palavras-Chave: Memória. Informação. Documento. Arquivo Pessoal.

1 INTRODUÇÃO

A disseminação da informação vinculada à perpetuação da memória na sociedade contemporânea tem um forte elo com os registros físicos deixados pelas pessoas em um determinado período da vida. Desde os tempos mais remotos a humanidade já praticava a representação e organização da informação com vistas à construção de uma memória, haja vista as pinturas rupestres como exemplo de construção de memória e identidade. Dessa

forma ao voltarmos os olhos para os arquivos pessoais, percebemos certa preocupação com a preservação da memória, o que nos possibilita a recuperação da informação implícita nos documentos pertencentes a aquele espaço, bem como a construção de um conhecimento no viés histórico.

O crescimento das pesquisas nas áreas de história da vida privada e história do cotidiano, bem como o interesse crescente pelas análises de tipo biográfico e pelas edições de

correspondência escolhida, têm aumentado a procura por este tipo de fonte, chamando atenção para a importância de sua preservação, organização e abertura à consulta pública.

Dessa forma o presente artigo foi construído, no intuito de relacionar a importância dos arquivos pessoais, como fonte de memória e informação. Reconhecendo a potencialidade informacional dos arquivos pessoais, bem como enquanto valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade que oferecem de complementar informações constantes em arquivos de natureza pública. Tendo em vista que atualmente o Brasil já dispõe de um corpo de leis regulamentando várias questões na área de arquivos, entre elas, o acesso a informações de natureza privada. Além da lei 8.159, de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que possui um capítulo dedicado aos arquivos privados.

Com vistas a atingir os objetivos propostos pela presente pesquisa, a mesma foi realizada através de um levantamento bibliográfico, pautado na busca de contribuições teóricas para compreender os conceitos de memória, informação, arquivos privados pessoais, entre outros. Gil (2002, p.48), afirma que: “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sendo assim, é importante embasar a pesquisa através de uma revisão da literatura, observando a relação entre informação e memória, com o foco no arquivo privado pessoal. A pesquisa bibliográfica possibilita que o pesquisador tenha contato com materiais escritos, ditos ou filmados sobre determinado assunto, incluindo conferências transcritas por publicações ou até mesmo por gravações. Nesse tipo de pesquisa poderão ser utilizadas as fontes secundárias, representadas por toda bibliografia publicada sobre a temática estudada, tendo como fontes os jornais, livros, teses, revistas, entre outras; possibilitando a coleta de informações importantes no processo inicial, tornando-se, no desenvolver da pesquisa, um facilitador para se chegar a um “produto” final.

2 ARQUIVO E MEMÓRIA: UMA RELAÇÃO INDISSOLÚVEL

Sabemos que há uma íntima relação entre Arquivo e Memória, revestindo-se de importância sob o viés arquivístico,

difundindo sentimentos rememorativos correspondentes à identidade de um indivíduo, no caso dos arquivos privados pessoais ou de uma sociedade. Tanto os arquivos, como as bibliotecas e também os centros de documentação compreendem espaços que remetem às memórias individuais ou coletivas.

Le Goff (1998), ao discorrer sobre a memória enfatiza-a como elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades contemporâneas.

No âmbito de uma construção memorialística, Aleida Assmann (2011, p.23-24) nos diz que:

Indivíduos e culturas constroem suas memórias interativamente através da comunicação por meio da língua, de imagens e de repetições ritualísticas, e organizam suas memórias com o auxílio de meios de armazenamento externos e práticas culturais.

Apesar da temática Memória, durante um bom tempo não ser contemplada por um leque muito extenso no universo científico, Jardim (1998) relata que atualmente tem se recorrido com bastante frequência à temática memória, temática esta, que é abarcada por um sistema multidisciplinar sendo fruto de paixões de diversas áreas do estudo.

Monteiro *et al* (2006) referencia Lopes (1998), relatando que o sentido original de Memória é a capacidade humana de reter no cérebro as impressões das experiências vividas. Porém, a memória associada ao arquivo, ao museu e à biblioteca corresponde ao conjunto de informações registradas que tem como papel principal a manutenção da memória social, exercendo como função, o armazenamento e a preservação dos saberes.

Jacques Le Goff (1998) apresenta a memória coletiva como um instrumento de manipulação que deve ser ora lembrada, ora esquecida, possibilitando recriar, reforçar ou até mesmo destruir identidades sociais, dependendo unicamente do interesse de quem detém o poder.

Nesta perspectiva de destruição ou desconstrução das identidades, Krzysztof Pomian (1990, p. 62 *apud* ASSMANN, 2011, p.58) é bastante feliz ao apontar como as oscilações no meio social afetam a construção memorialística e sua estrutura:

A história da construção da herança cultural é definida por uma sequência de rupturas: mudanças de crenças coletivas, modos de vida, reviravoltas tecnológicas, propagação de novos estilos de vida que substituíram estilos antigos. Cada ruptura remove certas classes de artefatos de suas funções e as direcionam para o lixo, para o abandono e para o esquecimento. Assim aconteceu depois da cristianização do império romano, assim depois da invasão dos bárbaros, assim depois de toda revolução industrial e de quase toda a revolução política.

Na atual sociedade da informação, a memória apresenta-se como uma questão necessária, pois a mesma representa “fragmentos” que estão relacionados diretamente com identidade social.

Nora (1993) designa a memória como um processo de reconstrução permanente, sendo algo “vivo”, que dissemina no presente fatos do passado, podendo influenciar no futuro, ou seja, a memória é uma reconstrução do presente para o passado que necessita de um contexto para sua ativação.

Os considerados lugares de Memória são de uma dimensão imensurável, pois não se limitam apenas à materialização, mas sim aos significados, muitas vezes abstratos, proporcionando a busca e o encontro de vestígios capazes de promover transformações sociais. (BARROS; NEVES, 2009).

Barros (2009, p.37) demonstra, em seu texto, a consolidação e a quebra de paradigma quando afirma que:

A memória, portanto, já não pode mais nos dias de hoje ser associada metaforicamente a um “espaço inerte”, no qual se depositam lembranças, devendo ser antes compreendida como “território”, como espaço vivo, político e simbólico no qual se lida de maneira dinâmica e criativa com as lembranças e com os esquecimentos que reinstituem o Ser social a cada instante.

Enquanto cristalização do passado, os lugares de memória podem ser objetos, instrumentos ou instituições, não dependendo a sua definição da natureza concreta, mas da realidade que os habita, retratada por serem depositários de conteúdos informacionais. (ABREU, 2005).

3 ARQUIVO PESSOAL: FONTE DE INFORMAÇÃO

Assmann (2011, p.25) afirma que “O arquivo não é somente um repositório para documentos do passado, mas também um lugar onde o passado é construído e produzido”. Reforça-se assim a íntima relação que o mesmo possui com a memória, ao passo que é ao mesmo tempo guardião e referenciador do passado.

Na seara dos arquivos pessoais, estes se constituem em territórios de narrativas memorialísticas, capazes de expressar a trajetória de vida de um indivíduo ou de uma organização, percebe-se que, através da disponibilização e acesso para conhecimento da sociedade à gama de informações que compõe um arquivo privado pessoal, possibilita-se não à disseminação da memória, mas, a disseminação do conteúdo informacional, presente em todos os artefatos que compõe o acervo do arquivo.

Belloto (1998) afirma que, na contemporaneidade, os arquivos privados pessoais vêm inspirando e documentando trabalhos acadêmicos e de ficção (literatura e cinema), dando origem a exposições e motivando a publicação de instrumentos de pesquisa, assim como a realização de seminários, inclusive de âmbito internacional, demonstrando a dinamização e o crescimento dos recolhimentos, da organização e da disponibilização dos documentos de origem privada em entidades especializadas, públicas ou particulares.

A realidade vivenciada, no Brasil, pelos arquivos pessoais, corresponde a um crescimento na conscientização de segmentos representativos da sociedade, refletindo em uma mudança de comportamento voltada não apenas à guarda e à preservação, como também para a utilização da preciosidade revelada nos documentos presentes, nos fundos de arquivos pessoais.

Ainda na perspectiva brasileira, o reconhecimento da importância dos arquivos pessoais, iniciou-se entre as décadas de 60 e 70, com a criação de várias instituições dotadas de interesse em reunir arquivos privados, a maior parte delas ainda concentradas nos dois maiores centros culturais do país: os estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Essa realidade vem gradativamente se modificando, expandindo essa preocupação para outros estados brasileiros.

No caso da Paraíba, há certa tendência na valorização dos arquivos pessoais de homens que, de alguma maneira, ocuparam funções públicas como os arquivos dos governadores, sob a custódia da Fundação Casa de José Américo. Entretanto, acervos de pessoas importantes nos ramos da cultura, educação, arte, sofrem a ausência de uma política pública voltada ao tratamento desses acervos, que viabilizaria a disseminação das informações contidas nos documentos, capazes de ressignificarem as memórias que os permeiam.

Destacamos na cidade de João Pessoa (PB), o Arquivo pessoal Afonso Pereira, fundado no ano de 1998 e idealizado pela sua esposa Sra. Clemilde Torres Pereira da Silva. O arquivo que está localizado no bairro de Jaguaribe possui em seu espaço um vasto acervo repleto de vários gêneros documentais com valor inestimável para a família da personalidade e para o Estado da Paraíba.

A trajetória do professor Afonso Pereira foi marcada por contribuições na área da educação, política e cultura. O professor trilhou uma carreira promissora e uma de suas grandes conquistas foi está presente não como coadjuvante, mas como peça fundamental na implantação do curso de Biblioteconomia na Universidade Federal da Paraíba, quando na época ocupava o cargo de Chefe de Gabinete auxiliando o Reitor nas tomadas de decisões.

O arquivo Afonso Pereira possui uma variedade de coleções e um acervo documental extenso, possibilitando aos estudantes e pesquisadores um leque de linhas de pesquisa diferentes a serem, ainda, exploradas.

De acordo com Oliveira, Silva e Silva (2016), o arquivo é formado por 10.654 Documentos Bibliográficos, 7.608 Fotografias; 110 unidades de Painéis; 296 Objetos Variados; 567 Discos de Vinil; 31 CDs; 13 Fitas Cassetes; 68 DVDs e 34 VHSs.

A potencialidade informacional de um arquivo pessoal varia de acordo com os usos e sentidos que podem surgir a partir desse universo documental, podendo mesmo alcançar um campo infinitamente mais vasto que a vida e a obra do produtor ou detentor do arquivo.

Na ambiência da sociedade contemporânea, marcada pela globalização, a informação é um fenômeno mundial, assumindo um papel importante, de cunho transformador em torno dos campos econômicos, culturais, políticos e sociais.

Azevedo Netto (2007) afirma que a Informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação. Neste contexto, o autor considera informação aquela que diz respeito a uma produção de significados socialmente aceitos. É o fenômeno em que há não só a produção de um bem simbólico, mas também sua disseminação, implicando na sua própria reprodução.

Pacheco (1995) complementa, corroborando que a informação é sujeita a recontextualização, uma vez que a mesma foi estabelecida em um espaço, período e forma específicos, o que caminha para um dos âmbitos pelo qual deve ser interpretada, a mesma corre o risco de não ser interpretada de acordo com o contexto de sua geração. Podendo ser utilizada em um contexto distinto daquele para o qual foi produzida.

Segundo Le Coadic (2004, p. 4), “A informação é um conhecimento inscrito (gravado) sob a forma escrita (impressa ou numérica), oral ou audiovisual”. Ela comporta um elemento de sentido. É um significante transmitido a um ser consciente, por meio de uma mensagem inscrita em um suporte espacial-temporal: impresso, sinal elétrico, onda sonora etc.

Segundo Silva *et al* (2002), a informação (humana e social) é o conjunto estruturado de representações (símbolos, significantes) socialmente contextualizadas e possíveis de serem registradas em qualquer suporte material (papel, filme, disco magnético, óptico, etc.) e/ou comunicados em tempos e espaços diferentes. Sendo valorosa a manutenção e disseminação da informação, considerando que a mesma compõe na sociedade contemporânea, uma importante base para o desenvolvimento social, tornando-se um elemento necessário e fundamental para o homem na sociedade globalizada.

No atual enfoque da informação, o importante não é apenas disseminá-la, a preocupação deve se voltar também para como ela é disseminada, sendo imprescindível que não se perca o foco no conteúdo informacional, para que não existam lacunas que fujam da sua real interpretação.

Quanto à relação entre informação e memória, ela pode ser considerada na medida em que um determinado elenco de

informações que se referem ao passado de um grupo são reunidas e relacionadas entre si, como forma de dar um sentido de compartilhamento de passados, constantemente construídos e reinterpretados. Assim, pode-se exemplificar a relação entre a informação e a memória na multiplicidade de suportes que a informação pode assumir no seu processo de representação através da cultura material expressa como documentos e monumentos (LE GOFF, 2003).

No que concerne aos Arquivos, Barros e Neves (2009) afirmam que são parte integrante da sociedade da informação, por ser detentor de vastos conteúdos informacionais, fomentando uma sincronia entre tendências científicas e tecnológicas da sociedade da informação. É justamente nessa perspectiva de atualização e acompanhamento do ritmo acelerado das tecnologias da informação que o arquivo assume um papel mais consolidador na coleta, salvaguarda, preservação, armazenamento e, sobretudo, na disseminação da informação, objetivando o encontro da sociedade com a informação.

Jardim (1998) afirma que os arquivos, enquanto lugares de informação, às vezes até em espaços virtuais, caracterizam-se pelo fluxo informacional, pelo qual, o foco não é apenas o documento e a sua organização, mas também, o conteúdo informacional e sua disponibilização para a sociedade. A idéia é que não se perceba o arquivo como um lugar de guardar e preservar a memória apenas, mas sim um lugar onde a informação passa a ser componente fundamental na produção do conhecimento.

Cook complementa o conceito de Arquivo designando-o como templo de memória:

Os arquivos são templos modernos - templos de memória. Como instituições, tanto como coleções merecedoras de serem lembradas. Igualmente as que são rejeitadas por serem julgadas não merecedoras, têm seu acesso negado a esses templos da memória e estão fadadas, assim, ao esquecimento de nossas histórias e de nossa consciência social (COOK, 1998, p. 143).

Sendo assim, podemos considerar que o arquivo é produto de uma linguagem própria, que emana de uma só pessoa ou de um coletivo, e que depende sempre da necessidade de um indivíduo ou grupo social, para que o mesmo seja constituído e passe a externar as

transformações em um paralelo passado e presente, possibilitando um elo de informações, necessárias ao conhecimento e crescimento intelectual de uma sociedade. A função básica do arquivo é tornar disponíveis as informações que estão sob a sua guarda no acervo documental, e conforme afirmação de Silva *et al* (2002), o Arquivo não se caracteriza como um sistema unidimensional, mas sim um sistema bidimensional, capaz de produzir e/ou receber informação.

Os arquivos privados pessoais podem, como quaisquer outros, ser considerados evidências das transações da vida humana, porém é importante destacar que cada arquivo possui características específicas, tornando-se singular como fonte para estudos históricos, sendo conseqüentemente fonte de informação e conhecimento.

Venâncio (2003) afirma que, em geral, o arquivo privado pessoal é sempre organizado para enunciar e criar um pensamento, uma reflexão, uma história. Dessa forma, permite vislumbrar uma “vontade de guardar” e de tornar público o privado. Assim, a organização de um arquivo pessoal acentua a individualidade do titular, redefinindo o seu lugar particular na pluralidade dos acontecimentos históricos. Percebe-se, então, que os arquivos privados pessoais refletem-se em locus privilegiado de análise histórica, pois registram uma forma de acumulação privada que possui como marca específica o nome próprio do titular, permitindo assim um contato próximo com a trajetória de seu produtor.

4 DIVERSIDADE DOCUMENTAL: REALIDADE DO ARQUIVO PESSOAL

Ao longo da vida, as pessoas guardam documentos que testemunham momentos importantes, as suas relações pessoais ou profissionais, seus interesses. São cartas, fotografias, documentos de trabalho, registros de viagens, diários, diplomas, comprovantes e recibos, ou simplesmente “*papéis velhos*”. Os documentos produzidos e reunidos por indivíduos ao longo da vida tornam-se pontes que se ligam ao cenário da trajetória da vida de um indivíduo, possibilitando um contato com a representação de seu desempenho e função social, sua vida no âmbito familiar, profissional, afetos, desafetos, amores,

amigos, enfim, a representação do seu cotidiano em períodos diferentes da vida.

No que diz respeito à arquivo pessoal, Belloto afirma: “Pode-se definir arquivo pessoal como o conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias, profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc.” (BELLOTO, 2007, p. 266). A autora explicita alguns documentos que podem integrar um arquivo pessoal, fazendo valer a menção de que foram produzidos em razão de funções distintas, e que atingindo certo grau de relevância social, já às tendo cumprido ou mesmo estando em andamento, despertam interesse do titular, para a posteridade.

Os gêneros documentais de arquivos pessoais podem ser de diversos tipos, documentos que refletem a trajetória do seu produtor, e que independente do gênero documental em que se materializam tornam-se documentos do arquivo. Quanto ao gênero documental, o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, considera:

Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos e documentos textuais. (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 99).

Nesse contexto, o titular do acervo pessoal, vai selecionar ao longo da vida, no desempenho de suas atividades, documentos que representam a sua vida, pessoas, lugares, fatos, enfim, que tem importância e associação a sua trajetória de vida.

Oliveira (2009) afirma que o processo de produção dos arquivos pessoais não é inserido em um contexto de normas ou padrões. Entretanto, os documentos traduzem códigos ou referências do momento histórico em que estão inseridos. Esses códigos ou sinais são relevantes para a compreensão do arquivo e dos personagens que redigem, recebem ou são mencionados nos documentos. Esses “*códigos sociais*” são seguidos principalmente por essa camada que tem seus arquivos recolhidos às

instituições arquivísticas, ou seja: os intelectuais, políticos, artistas, etc. Essa realidade deve-se ao fato que tradicionalmente o ingresso dos arquivos pessoais em instituições arquivísticas e de memória acontece após o reconhecimento da importância de seu titular para a sociedade ou para um de seus segmentos.

As características dos documentos em seu suporte e sua estrutura reproduzem uma época, sua etiqueta e as regras de convivência social. Roquette (1997) *apud* Oliveira (2009) afirma que, no final do século XVIII, pouco antes da revolução que convulsionou todo o mundo ocidental, a elite francesa adotou algumas regras e padrões à mesa, assim como regulou condutas e posturas para os locais públicos e, sobretudo, de grande convivência social.

Segundo a Lei nº 8.159/91, os documentos de arquivos pessoais são aqueles produzidos e recebidos por pessoa física em decorrência do exercício de atividades específicas qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos. Em outras palavras, aquilo que a pessoa recebe e/ou produz quando exerce seus direitos e cumpre com suas obrigações.

Esses documentos, quando tomados em conjunto, podem revelar não apenas a trajetória de vida, mas também gostos, hábitos e valores do indivíduo, constituindo o seu arquivo pessoal. Podemos afirmar então que, os Arquivos Pessoais, portanto, são conjuntos documentais, de origem privada, acumulados por pessoas físicas e que se relacionam de alguma forma às atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas, ao longo de suas vidas.

Essa acumulação resulta da seleção dos documentos a serem guardados, entre todos os papéis manuseados cotidianamente, e vai sendo feita ao longo do tempo. Muitas vezes, principalmente no caso de arquivos privados de pessoas públicas, essa seleção também é feita por auxiliares e, após a morte do titular do arquivo, por familiares e amigos.

Os arquivos pessoais constituem valiosas fontes de pesquisa, seja pela especificidade dos tipos documentais que os caracterizam, seja pela possibilidade de oferecer informações (DUCROT, 1998).

De acordo com Santos (2008), a forma física e de registro das informações pessoais são bastante diversas, sendo as mais comuns, alguns gêneros tais como: textual, representado pelas correspondências,

relatórios, certificados, livros, cartões, entre outros; cartográficas e iconográfica, refletidos nas fotografia, mapas, cartazes, entre outros, filmográficas e sonora, vislumbrados através das fitas de videocassete e fitas cassete de áudio; e o gênero digital, em todas as suas possibilidades, incluindo e-mails, downloads, extratos bancários, bases de dados, gravações pessoais em DVD, entre outros.

Nos arquivos pessoais, é comum encontrarmos registros que representam o nascimento, as bodas, as grandes viagens e a morte, eventos marcantes na existência de um indivíduo. Os registros podem ser explícitos ou simbólicos.

Ao se entrar em contato com um arquivo pessoal, na maioria das vezes, procura-se descobrir quais são ou foram as realizações profissionais e pessoais, e o que elas representam em termos de relevância social, sendo isso possível quando se conhece mais a fundo a documentação, que de alguma maneira, revela o indivíduo que está sendo representado por tais documentos.

A documentação reflete assim múltiplas interferências, confirmando a tese de que o arquivo pessoal é, muitas vezes, um projeto coletivo, no qual se sobrepõem várias subjetividades, afastando-se da sedutora imagem de expressão fiel e autêntica da subjetividade de seu titular. Além disso, os próprios critérios pessoais variam ao longo do tempo, o que remete a temporalidades distintas que presidem ao processo de acumulação de documentos, tanto do ponto de vista do titular, quanto de seus colaboradores.

A informação contida nos Centros de Memória vai além das registradas apenas como documentos. Segundo Bellotto:

Se considerarmos com maior abrangência, analisando-a como transmissão cultural, lançada para o futuro através de diferentes documentos grafados em diferentes suportes, ela pode significar muito mais, quando aliada a outros dados/informações oriundos de campos não-arquivísticos. (BELLOTTO, 2007, p. 183).

Neste contexto, observa-se que Arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm a corresponsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico. Isso se dá pelas informações

complementares, que escapam do domínio da arquivística, fazendo sentido em conjunto com outros registros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a análise feita entre a relação arquivo e memória, versando sobre arquivo pessoal e suas diversas formas documentais percebemos que o arquivo além de ser um lugar de guarda e preservação da memória, trata-se também de um lugar onde a informação passa a ser fundamental na produção do conhecimento e construção identitária. Nesta perspectiva, percebe-se, seja pelas diversas tipologias documentais ou pela possibilidade de oferecer informações, uma preciosa fonte de pesquisas. O crescente interesse de pesquisa nessa área de história de vida privada e do cotidiano tem chamado a atenção para a preservação, organização e disseminação desse tipo de informação.

Os arquivos pessoais podem, como quaisquer outros, ser considerados evidências das transações da vida humana, porém é importante destacar que cada arquivo possui características específicas, tornando-se singular como fonte para estudos históricos, sendo conseqüentemente fonte de informação e conhecimento. Um dos tópicos desenvolvidos neste artigo foi a diversidade documental criada ao longo do tempo pelos indivíduos, que quando tomados em conjunto, revelam não apenas a trajetória de vida, mas também seus hábitos e valores, constituindo o seu arquivo pessoal.

Fica compreendido que os arquivos pessoais são, portanto, conjuntos documentais de origem privada acumulados por pessoas físicas que se relacionam de alguma forma as atividades desenvolvidas e aos interesses cultivados por essas pessoas ao longo de suas vidas. Assman (2011) aponta que “A consciência se desenvolve no signo do acabado”. Sendo assim, trabalhar com essa documentação é possibilitar compreender os arquivos pessoais enquanto espaços de memória, de silêncios e esquecimento, perspectiva já apontada por Bourdieu (1996), revelando as duas faces da memória, o lembrar e o esquecer.

Concluimos que os arquivos pessoais nesse contexto funcionam como uma extensão da memória, as lembranças da vida cotidiana, costumes, datas comemorativas, reuniões familiares e as memórias das conquistas no

decorrer da caminhada profissional dessa personalidade se materializam através do arquivo fazendo deste um gerador de

conhecimento em larga escala sem fronteiras para a pesquisa e um importante dispositivo de ressignificação de uma trajetória de vida.

INFORMATION AND MEMORY: TRACKING THE PERSONAL ARCHIVE

Abstract

It addresses the relationship between file and memory, turning to the importance of information, while the company continues to be informed, and the central focus is our service and the range of documents they form. In this context, the Archive is perceived not as a one-dimensional but two-dimensional system capable of producing and / or receiving information. Electronic systems are understood not only as places of memory preservation and preservation, but above all, a place where information passes a fundamental component in the production of knowledge and in that process, are provided as a source of research, for the specificity of documentary documents and characteristics, for the possibility of offering information. The purpose of this article is to reflect on the role of products, to highlight a relationship of information and memory, especially in the social context, to understand the quality of service, to pass through material of dimension, to highlight informational potential mainly in bias from memory. The present research and the type of bibliography and method, we consider documentary research, a relevant procedure to gather the knowledge produced and serve to identify as primary sources as the basis for the search of information about the object studied. After an analysis, between the relation of file and memory, having as main object of study or personal archive and its diverse documentary forms, it was realized that the file besides being a place of guard and preservation of memory, it is also about a place Where information passes a fundamental being in the production of knowledge.

Keywords: Memory. Information. Document. Personal archive.

REFERÊNCIAS

- ABREU, José Guilherme. Arte Pública e Lugar de Memória. **Revista da Faculdade de Letras**; Ciência e técnicas do patrimônio, v.1, série 1, p. 215-234, 2005.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: Formas e transformações da memória cultural**. Tradução: Paulo Soethe. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- AZEVEDO NETTO, Carlos de. Informações e Memória: as relações na Pesquisa. **História em Reflexão**, Dourados, v. 1, n. 2, p.1-20, jul./dez. 2007.
- Arquivo Nacional (Brasil). Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p.; 30 cm. – Publicações Técnicas; nº 51. Disponível em: <
- http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf >. Acesso em: 20 de Jul. de 2017.
- BARROS, José D'Assunção. História e Memória: uma relação na confluência entre Tempo e Espaço. **Mouseion**, v. 3, n. 5, p. 35-67, jan./jul. 2009.
- BARROS, Dirlene Santos; NEVES, Dulce Amélia de Brito. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **TransInformação**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 55-61, jan./abr. 2009.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. **Boletim Histórico e Informativo**, São Paulo, v.10, n. 2, p. 81-83, jul./dez. 1998.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4^o edição - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

BRASIL. Lei nº 8.159, de 09 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan.1991.

DUCROT, Ariane A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares. **Revista Estudos históricos**, Rio de Janeiro, nº 21 (Arquivos pessoais), 1998.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JARDIM, José Maria. A Invenção da Memória nos Arquivos Públicos. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995.
Disponível em: <
<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>>.
Acesso em: 23 jul. 2017.

_____. A informação como projeto de igualdade. **Informare**, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p.39-48, jan./jun, 1998.

LE COADIC, Yves A. **Ciência da Informação**. 2 ed. Brasília: Brinquet Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **A história Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História e memória**. Campinas: Universitária UNICAMP, 2003.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MONTEIRO, Silvana; CARELLI, Ana; PICKLER, Maria Elisa. Representation and memory in the cyberspace. **Ciência da Informação**, 2006, 35.3: 115-123.
. Disponível em: <
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652006000300011&script=sci_arttext>.
Acesso em: 23 jul. 2017.

_____. A Ciência da Informação, memória e esquecimento. **DataGramZero**; Revista de Ciência da Informação, v. 9, n. 6, dez. 2008.

Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm> Acesso em: 17 jul. 2017.

COOK, T. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais para um entendimento arquivístico comum da formação de Memória em um Mundo Pós-moderno. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998.

Artigo 02. Disponível em: <<http://Dgz.org.br/>>. Acesso em: 23 jul. 2017.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal**: escritos de uma trajetória, 2009, 243 f. Tese (Doutorado em Letras)–Programa de Pós-graduação em Letras, Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2009. v. 1.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/viewFile/416/298>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso. **Projeto Análise Tipológica dos Documentos em Arquivos Pessoais**: Uma Representação do Código Social. Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Memória e Informação Serviço de Arquivo Histórico e Institucional. Rio de Janeiro, 2009.

PACHECO, Leila S. Informação enquanto artefato. **Informare**; Cadernos do Programa de Pós-graduação em Ciência da informação, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan./jun., p. 20-24. 1995.

SANTOS, Vanderlei Batista. **Gestão de Arquivos Pessoais**. Arquivística.net, Rio de Janeiro, v.4, n.1, p. 62-80, jan./jul.2008. Disponível:

<<http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=131>>. Acesso em: 26 set. 2012.

SILVA, Armando Malheiros *et al.*

Arquivística: Teoria e Prática de uma Ciência da Informação. 2 ed. Porto, Portugal: Afrontamento, 2002.

VENÂNCIO, Gisele Martins. **Na Trama do Arquivo: a trajetória de Oliveira Viana (1883- 1951)**, 2003, 342 f. Tese (Doutorado em História Social)–Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.